GRÃOS

Chegando ao limite

A retração da atividade agrícola e o aumento da produtividade criam uma contradição que não pode durar para sempre

ADRIANO VENDETH DE CARVALHO
PEDRO FERREIRA ARANTES

As estatísticas referentes às grandes atividades agrícolas nos anos 90 não acusam diferenças nas diversas regiões do Brasil.

Tomando como exemplo o estado de Goiás, que vem apresentando nos últimos oito anos um índice de área colhida praticamente estagnado, questionamos a denominação dessa região como a grande fronteira agrícola do Brasil. A brusca redução na área plantada de atividades como arroz, feijão e milho somente vem sendo compensada pelo aumento na área de soja e algodão. Mas o incremento da produtividade por área nessas culturas pode explicar facilmente as produções crescentes a cada ano. A estabilidade da área colhida não impediu que a produção de grãos no estado aumentasse em torno de 82% a partir de 1990. Um índice extraordinário para um período de apenas oito anos, sendo a tecnologia a base de sustentação para tão grande crescimento.

Assim, Goiás chega a 1998 com o valor bruto da produção de grãos em torno de R$1,4 bilhão, praticamente o dobro do início da década. Os índices de crescimento da produção parecem compensar o produtor em sua renda bruta *per capita* pela depreciação dos preços agrícolas, que praticamente não cresceram em valores reais, se considerarmos a instabilidade no período.

Com a entrada da tecno-logia no campo, destacando o uso de máquinas, fertilizantes, defensivos e recursos genéticos, o incremento da produção goiana de grãos propiciou uma renda bruta *per capita* (embora instável) bastante superior à do início da década.

A renda líquida no mesmo período, no entanto, não manteve ritmo semelhante. A realidade tecnológica não é compatível com o retorno financeiro que o produtor alcança, o que desencadeou um processo de alta inadimplência e crescimento das dívidas rurais – e de manutenção precária dos investimentos realizados em máquinas, implementos e benfeitorias.

Tudo indica que o fator que ajudou a manter a renda bruta *per capita* na agricultura local foi e continua a ser a queda gradual do número de produtores de grãos no estado nos últimos anos. Somente de 1990 a 1998 estima-se que entre 15 e 20 mil produtores deixaram a atividade de grãos, ou seja, as grandes lavouras em Goiás, realocando-se em outro ramo da atividade rural ou até mesmo saindo dela. Impulsionado pela produtividade, o valor bruto crescente da produção acaba favorecendo o menor número de produtores.

Chega-se, assim, a um perfil da agricultura brasileira: queda do número de produtores rurais e conseqüente êxodo rural; perda e transferência de renda do setor rural para o setor urbano e um país cada vez mais dependente do aumento da produção agrícola, visando criar divisas e reduzir o déficit da balança comercial interna (desnecessário frisar a importância da agricultura na política de exportação nacional).

Em uma abertura de mercado, que dificilmente cria espaço para a elevação de preços internos, o produtor, incentivado a aumentar a produção interna de grãos, tenta viabi-lizar uma rentabilidade mínima na atividade, tendo na produtividade sua única saída. Esse caminho pode ser questionado, já que a renda líquida do produtor não vem acompanhando os ganhos de produtividade.

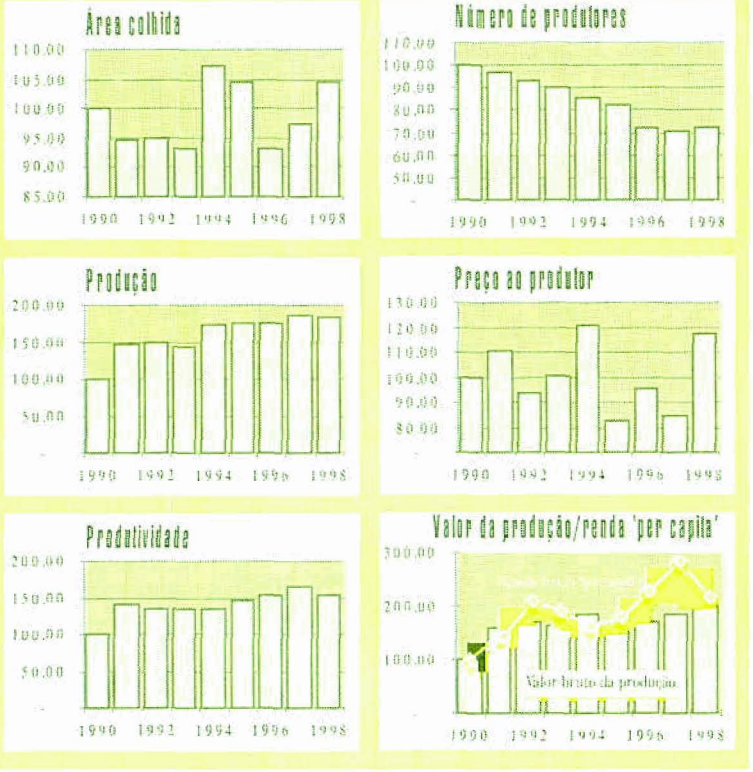
Até quando haverá compensações?

Mas não se pode projetar para o futuro que a produtividade vá sempre compensar a estabilidade e/ou declínio da área colhida. Ao que parece, a autosuficiência da produção de grãos no Brasil passará obrigatoriamente não só pelo aumento na área de investimento rural mas também pelo incremento da área plantada.

Goiás – Indicadores de desempenho

Índice, 1990 = 100

Arroz, feijão, milho, soja e algodão



Um exemplo visível é a cultura do arroz de sequeiro em Goiás: o aumento do índice de produtividade em torno de 57% não compensou a queda da área plantada de 53%. A produção caiu 25% na década de 90 (de 307 mil para 212 mil toneladas), contribuindo para que o estado perdesse sua importância nesta atividade.

Outra atividade que corre esse risco é a cultura do milho, cuja produção este ano foi altamente comprometida pela queda da área plantada. Desconsiderando a safrinha, Goiás produziu cerca de 1,8 milhão de toneladas em 1998, praticamente a mesma produção de 1990, contando com quase o dobro da produtividade do início da década. No Brasil a queda da produção de milho só não foi mais significativa pela alta produção da safrinha (5 milhões de toneladas), que compensou em parte o déficit da primeira safra.

Com uma área plantada estável e a queda linear do número de produtores nas lavouras de grãos, parece correto, a curto prazo, projetar o aumento da produção de grãos proporcional ao uso de tecnologia por parte dos produtores que conseguirem se manter na atividade.

Um exemplo bastante típico é a produção de feijão em Goiás, que possui três épocas definidas (sequeiro, águas e irrigado de inverno). Embora a produtividade do feijão de sequeiro (primeira safra) e das águas (segunda safra) tenha praticamente dobrado nos últimos oito anos, a produção cresceu apenas 3%; pois no mesmo período a área colhida decresceu em torno de 59% e a produtividade, apesar de crescer, não conseguiu compensar a perda de área.

Somente de 1990 a 1998 estima-se que entre 15 e 20 mil produtores deixaram a atividade de grãos, ou seja, as grandes lavouras em Goiás, realocando-se em outro ramo da atividade rural ou até mesmo saindo dela.

Apesar disso, Goiás conseguiu aumentar sua produção de feijão em torno de 51% no mesmo período, pois o uso da tecnologia (irrigação, maior quantidade de fertilizantes e defensivos, colheita mecanizada etc.) na produção de inverno fez com que mais da metade do produto fosse cultivada sob pivô central (em torno de 100 mil toneladas), por um número de produtores 10 vezes menor do que nas duas primeiras épocas (cerca de 702 produtores irrigantes).

Não se pode esquecer, entretanto, que a manutenção destes produtores no uso da tecnologia vem acarretando sempre maiores custos nas lavouras, muitas vezes incompatíveis com a instabilidade dos preços agrícolas.

O paradoxo do crédito

A queda nas vendas de insumos, como os fertilizantes neste ano, mostra que o produtor, aparentemente descapitalizado, ainda depende de recursos de terceiros. Com o nível de endividamento em que vive o setor, o crédito rural continuará imprescindível ao produtor. Parece, no entanto, que estamos caminhando no sentido contrário. Somente em Goiás, a liberação de créditos de custeio e investimento no período de 1990 a 98 caiu cerca de 30% em valores reais; a área financiada, que era de 68% em 1994, caiu para 49% em 1997. Em termos de Brasil, as estatísticas não são melhores.

As grandes distorções do setor produtivo rural passam por elevadas taxas de juros; falta de um seguro à produção, diante da ineficiência do Proagro; nenhuma segurança quanto aos preços – que talvez pudesse ser conseguida através do mercado futuro – e a desoneração por outros custos fora da porteira (impostos, frete etc.).

Algumas questões precisam, portanto, ser repensadas pela sociedade em geral, mas principalmente pelos setores competentes do governo, que tem no aumento da produção de grãos a resposta para todos os problemas da agricultura.

Adriano V. de Carvalho é engenheiro agrônomo, assessor técnico Faeg/Detec; Pedro Arantes é economista da Faeg e professor de Economia Rural da Faculdade Anhangüera.

HOMENAGEM — **Ruy Miller Paiva**

EM MEMÓRIA

Uma carreira brilhante

Maria José Cyhlar Monteiro

Em 8 de setembro deste ano faleceu o dr. Ruy Miller Paiva, destacado pioneiro da economia agrícola brasileira e um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Rural.

Ruy Miller Paiva nasceu em Jaú, São Paulo, em 15 de novembro de 1914. Em 1935 formou-se engenheiro agrônomo na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e no ano seguinte começava a trabalhar no Instituto Agronômico de Campinas, onde permaneceu até 1941. Obteve o título de Master of Science em economia rural no Agriculture and Mechanical College do Texas (EUA) e em 1962 fez estágio pós-graduado na Universidade de Chicago.

Foi o primeiro diretor da Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo, onde trabalhou de 1946 a 1962.

Aposentou-se em 1963 e continuou trabalhando como Consultor técnico de instituições como o Banco Mundial, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), e o Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV